

REPORTAGEM

Retornados de Angola

Ku Fétika Vári (Recomeçar)

Coimbra, 20 mar 2021 – “Estava a chegar a casa, a minha mãe passava a roupa a ferro e estranhava a mesma melodia da rádio que tocava há largas horas. Quando percebemos o que tinha acontecido, ficámos muito felizes. Tínhamos a ideia de que a vida só podia melhorar. Saiu tudo ao contrário”. É assim que Luzia Tavares, uma das milhares de pessoas que tiveram de regressar das ex-colónias portuguesas, relembra como tudo mudou depois da revolução de 25 de abril. Mais de 40 anos depois, ainda são muitas as histórias que ficaram por contar.

O número de retornados provenientes das ex-colónias e recenseados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1981, correspondia a 471.427 indivíduos, sendo que 61% eram provenientes de Angola, de acordo com o censo realizado nesse mesmo ano.

Luzia Tavares, de 63 anos, faz parte desses números. Nascida em Angola, viveu a sua infância em Sá da Bandeira (atual Lubango). Carrega consigo vários momentos que passou na terra que apelida de “paraíso”. Desde o negócio de bar dos pais, que partiram de Portugal em busca de melhores condições de vida, aos produtos alimentares que distribuía de camioneta e as frutas que “nasciam em qualquer sítio” e traziam para casa.

Embora a palavra retornada lhe tenha sido aplicada, a única passagem pela “metrópole”, como lhe chamavam, foi quando tinha 6 anos, numa viagem de férias. Para além de algumas visitas aos familiares, Luzia e os pais nunca colocavam a hipótese de deixar a terra onde cresceu. “Nunca estivemos lá como se fôssemos emigrantes, aquilo era a nossa casa”, conta.

Depois da revolução de abril e do conseqüente processo de descolonização, o conflito entre os três movimentos de libertação que lutavam pelo território angolano (MPLA, FNLA e UNITA) acabou por resultar numa guerra civil.

O clima de violência e insegurança era cada vez maior, o caos instalou-se nas ruas e os confrontos aceleraram a fuga da população portuguesa a residir em Angola. “Vi da minha janela várias pessoas a morrerem, disparavam e uns caíam e ficavam lá na rua. Os meus irmãos iam para as varandas e nos carros passavam com as metralhadoras e disparavam para as janelas. Instalou-se um clima de medo”, relembra Luzia, que partiu para Portugal em 1976.

Ponte aérea Luanda-Lisboa: voo número 9

Primeiro partiu para Mossâmedes, de onde iria apanhar um barco que a levasse ao aeroporto de Luanda. Sozinha, carregava apenas uma mala com algumas roupas e bens essenciais. “Ficou lá tudo, perdi tudo o que era da minha infância, os meus livros, os meus bonecos”, conta. Já no barco, um petroleiro, acumulavam-se colchões “uns por cima dos

outros”. As pessoas que embarcaram eram todas de Sá da Bandeira, o que fez com que se sentisse acompanhada, mesmo sem a sua família.

Na chegada a Luanda, já nada funcionava. A ponte aérea até Lisboa tinha sido interrompida, os aviões tinham sido desviados para evacuarem outra cidade onde o conflito se tinha agravado. “Estava tudo parado, não sabíamos quando é que poderíamos embarcar para Portugal”, conta Luzia. Ia todos os dias ao quartel para saber quando é que o seu voo, o número nove, estaria disponível.

Dias mais tarde, tinha chegado a sua vez de partir. “Quando o avião começou a trabalhar, começámos todos a chorar. Nunca mais íamos ver a nossa terra”, desabafa. Nove horas depois, aterrou em Lisboa. Não tinha ninguém conhecido à sua espera, foi apenas recebida pelas associações que se organizaram para ajudar na receção e acolhimento de todos os que regressavam, como a Cruz Vermelha e o Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN).

Depois de comprado o bilhete de comboio, saiu em Aveiro. Tinha o objetivo de chegar a casa de familiares em Vale de Cambra. Chegou num dia de feira e apesar de a azáfama e a multidão lhe terem dificultado a tarefa, conseguiu encontrar o restaurante do tio que a iria receber. Nos dias que se seguiram, não teve comunicação nenhuma com os pais e irmãos. Vivia os dias agarrada à televisão e ao rádio, à espera de relatos de Angola. “As notícias que tinha era que aquilo estava cada vez pior, pensava que os meus pais já não iam conseguir vir. Estive um mês sem saber nada deles”, lembra.

A palavra liberdade

Romy Quineau, de 65 anos, também teve de deixar tudo para trás. Nasceu em Angola, onde viveu até aos 19 anos. Passou a maior parte da sua infância num colégio a tempo inteiro, sendo que os pais eram comerciantes. Quando aconteceu a revolução de abril, lembra que ela e todos os estudantes que a rodeavam se manifestaram de forma positiva. Apesar de não terem inteira noção do que se passava em Portugal até então, ficaram felizes, a palavra liberdade trazia-lhes segurança. “Não tínhamos consciência que a liberdade em Portugal também significava perder-se as colónias e depois virmos todos embora como viemos”, conta.

A 4 de outubro de 1975 deixou Angola numa ponte aérea americana que a tirou da guerra. Entre agosto e outubro desse ano foram transportados pela ponte aérea 228.471 passageiros, segundo dados de arquivo da RTP. “O meu estatuto mudou logo em oito horas quando aterrei em Lisboa”, refere Romy.

Veio sozinha, os pais estavam convencidos de que, depois dos problemas até à independência, tudo iria regressar ao normal e poderiam “voltar a ter uma vida muito feliz”. Mas a situação não melhorou e os familiares acabaram também por regressar à “metrópole”, deixando para trás toda a vida que tinham construído até então. “Nem o dinheiro e os valores dos meus pais conseguimos trocar, ficámos a zero”, desabafa.

Chegada à casa de uns familiares, numa pequena localidade de Arões, também na zona de Vale de Cambra, Romy não foi tão bem recebida como Luzia. “Eles eram muito pobres e eu fui mais uma pessoa que vim, quase para comer aquilo que eles não tinham”, conta.

Choque entre realidades

Com um país acabado de sair de um regime ditatorial e a atravessar grandes transformações sociais e políticas, os recém-chegados das colónias, que se espalharam por todos os pontos do mapa em terras de familiares, depararam-se com um grande embate cultural.

Luzia e Romy não foram exceção e relembram algumas das coisas que mais estranharam. Desde o trabalho dos familiares nas terras de sol a sol, à falta de meios por parte da população e, sobretudo, às desigualdades sociais que se faziam sentir. “Existia uma diferença muito grande de nível de vida e que se notava todos os dias”, refere Romy, que considera que a revolução “foi muito benéfica para as cidades, mas no interior das terras continuavam a existir muitas necessidades”. Dos que regressavam, apenas sete por cento eram analfabetos, contra 30 por cento dos habitantes da “metrópole”, segundo dados do INE.

Os familiares de ambas tentaram recuperar a perda de uma vida através da reabilitação de restaurantes que estavam para ser alugados nas suas respetivas zonas. Nos primeiros tempos tudo foi complicado, a adaptação foi difícil e sentiram muita diferença na atitude das pessoas. Quando começaram a trabalhar, muita da população que os rodeava vivia no desemprego e culpavam-nos “por todo o mal que acontecia”, como refere Romy.

“Éramos maltratados. Ouvi com cada coisa. E nós não éramos felizes. Terra diferente, maneiras de pensar diferentes das nossas, não tínhamos ambiente familiar, cada um andava à deriva”, explica Luzia, que ficava pelo restaurante a ajudar os pais, ao mesmo tempo que estudava. Lembra ainda que, na escola, os professores faziam distinção entre quem já lá estava e os que tinham acabado de chegar.

Novos recomeços

Luzia reconstruiu a sua vida na Madeira, depois de o marido ter recebido uma proposta de trabalho. Uma semana depois de casarem, voaram para aquela que seria a sua casa até aos dias de hoje. Com um sorriso no rosto, faz referência à “ironia do destino” que a fez ter ido ali parar. Sá da Bandeira foi colonizada por madeirenses, o que faz com que algumas das tradições que a acompanharam durante a infância continuem, de certa maneira, presentes. O clima, “muito melhor do que o do Continente”, também a ajuda a sentir-se em casa. “Vim quase ter às origens”, diz.

Depois de um trabalho a tirar fotocópias numa Junta de Freguesia, entrou para a TMN (atual MEO). Ao trabalho de balconista seguiu-se o de responsável de loja e depois o de gestão de nove lojas da empresa. Hoje em dia é reformada. Nunca mais voltou à terra

onde nasceu, mas tem sonhos. Diz que os melhores tempos da sua vida foram até aos 18 anos, enquanto lá viveu. “Costumo dizer que a minha terra é Angola e continuará a ser. Agora estou no sítio que me adotou e sinto-me feliz, mas todos os dias penso naquilo, não há dia nenhum que não me recorde. Tenho sonhos de voltar, mas não sei se terei essa hipótese”, conta.

Após 26 meses, Romy rumou a França para um novo recomeço, em busca da estabilidade que não encontrou no país em que tudo lhe era estranho e a deixava inquieta. Trabalhou na Escola Superior de Comércio durante 28 anos, um “*melting spot*”, como lhe chama, que a tornou “mais rica, a nível profissional e intelectual”. Embora o francês seja a sua língua corrente há 40 anos, continua a falar o dialeto angolano que aprendeu (quimbundo). Conta que “*ku fétika vári*” significa “recomeçar”, uma palavra que sempre a acompanhou. “Nunca me esqueci de onde venho”, afirma.

Romy também não voltou à terra que a viu crescer. A vida “*sã*” que agora leva, fê-la superar tudo aquilo que viveu quando chegou a Portugal e atenuar um pouco da mágoa que a acompanha desde então. “Acho que consegui, através de todos os pontapés que levei, guardar uma forma de doçura. Não ter ódio, não ter inveja, escolher o melhor. É isso o mais importante. E a passagem por Portugal ajudou-me muito a funcionar com a inteligência do coração.”, desabafa.